

# Em busca do entendimento nacional

PAULO GUEDES

Fernando Henrique Cardoso, em suas andanças pelo Nordeste, encontrou um brasileiro dos mais simples desmontando com destreza um equipamento industrial dos mais complexos. A surpresa do Senador ante sua aparente perícia o nordestino reagiu se apressando em explicar: "Doutor, eu sou desmontador. Desmontar é fácil. Difícil é amontar e fazer funcionar".

O Senador encontrara a síntese de suas apreensões com as reformas em andamento no aparelho do Estado, mas também descobriu, inadvertidamente, um anônimo filósofo, criador de uma lei universal. Consolidar uma ordem democrática é um longo processo de evolução institucional; para tentar destruí-la bastam algumas dúzias de carapintadas. Criar o homem a partir do macaco exigiu alguns milhões de anos, mas para transformá-lo de novo em macaco basta um colossal engarrafamento de trânsito. Definitivamente, desmontar é fácil, difícil mesmo é amontar e fazer funcionar.

A difícil tarefa de fazer o Brasil funcionar pressionou os laboratórios de projetos emergenciais a produzirem os Planos Cruzados, Bresser, Verão e mais recentemente o Plano Brasil Novo. A persistência de nossos problemas econômicos tem melhorado gradualmente nosso diagnóstico. E a terapêutica indicada parece exigir um processo de articulação em torno de uma visão de futuro, um pacto social, um entendimento nacional. Minha opinião é à de que este entendimento é na verdade um pacto de adesão aos princípios responsáveis pela dinâmica do progresso nas sociedades mais avançadas: a ordem democrática, a economia de mercado, moeda forte e ação social do Estado. O pacto social é o recurso sistemático às urnas. O fórum adequado para o entendimento nacional é o Congresso. É um processo evolucionista, de aperfeiçoamento contínuo.

A adesão à ordem democrática exigirá o aperfeiçoamento da classe política. Governadores que vencem eleições sem desequilibrar as finanças estaduais já estão praticando o entendimento nacional, representando a modernização da classe política. E os que explodem orçamentos estaduais, apesar do enorme aumento de arrecadação resultante da reforma tributária, estão claramente emperrando o progresso. A reativação de um renovado Congresso é fundamental para o reequilíbrio dos poderes, sancionar a transição para uma economia de mercado, consolidar a independência do Banco Central e deslocar o eixo de atuação do Governo para as áreas sociais.

A adesão à ordem de mercado exigirá o aperfeiçoamento da classe empresarial e modificará para melhor a atuação dos sindicatos dos trabalhadores. O processo é cooperativo, não é conflitivo. O investimento maciço em capital humano (saúde, educação, colonização e assentamento, saneamento básico) pode transformar a atuação social do Estado em fator determinante de uma revolução pacífica na distribuição da riqueza. A educação, particularmente, é o passaporte para o Primeiro Mundo.

1990

DEZ

GEN

JO

GO

CO

BO

Exatamente por termos uma transformação de enormes dimensões pela frente é que não podemos ser simplistas a respeito da real natureza do entendimento nacional. Se nos iludirmos designando por pacto social uma proposta de prefixação de preços e salários, acompanhada de uma reposição salarial e da queda das taxas de juros, estaremos cometendo uma grosseira simplificação, digna de nossos mais ingênuos economistas. O movimento de preços e salários é apenas a manifestação final deste complexo mecanismo político e econômico, cujo funcionamento, este sim, deve ser o objeto do entendimento nacional.

Antes de deflagrarmos uma política de rendas sob esta pomposa designação, temos que refletir sobre as seguintes considerações:

1. Há sérios riscos de que o "entendimento" se transforme tecnicamente em um mal-entendido. Prefixação (congelamento), reposição salarial (gatilho), juros baixos (moeda fraca) a partir de uma posição fiscal precária é uma variante do Cruzado, que também apresentava um impasse na negociação externa.

2. Há também riscos de que o "entendimento" se transforme politicamente em um desentendimento nacional. O Governo culpa os lucros pela inflação elevada, não abre mão da política monetária e não aceita a reindexação dos salários. Empresários culpam o Governo pela recessão e exigem a queda dos juros. Trabalhadores exigem reposição de perdas passadas e proteção contra perdas futuras, exatamente o que o Governo não aceita.

3. Seria o programa consistente, no sentido de que a prefixação de preços e salários é apenas um acelerador da queda da inflação minimizando seus efeitos recessivos? Em minha opinião, ao contrário do que diz a Ministra Zélia quando afirma que o Governo fez a sua parte, ainda falta muito na política fiscal. Sem um razoável superávit fiscal fica difícil sustentar a política monetária, remover o impasse na negociação externa e equacionar a devolução dos cruzados bloqueados. E certamente há muito trabalho pela frente na privatização, na desregulamentação, na provisão de regras tributárias estáveis e na definição de uma política comercial não discricionária que amplie o horizonte de investimentos.

4. Os choques do petróleo e dos preços agrícolas, bem como as mudanças das tarifas de importação, deflagram importantes alterações na estrutura de preços relativos da economia. Seria recomendável engessar o sistema de preços decretando "10% de aumento para todos os preços e salários em janeiro de 91, 7% de aumento em fevereiro e assim por diante?"

5. Como os empresários e trabalhadores participantes do "entendimento" pretendem impor suas decisões aos que estão acreditando na economia de mercado, negociando livremente seus preços e salários? Pediriam medidas provisórias ao Executivo? Teriam "capturado" a política econômica via Congresso? Seriam um quarto poder? Por que não estabelecem a voluntariedade da adesão aos parâmetros de prefixação que considerem adequados?

Se os engenheiros do pacto, na versão simplista da política de rendas, têm as respostas para todas estas questões, vamos em frente. Não será a última carga de voluntarismo dirigista a que assistiremos.

Como diz o filósofo nordestino, "desmontar é fácil, difícil mesmo é amontar e fazer funcionar".